

Maria Marly Aragao Prado	Auxiliar Judiciária	12114
Maria Sueli Alencar Furtado Pinho	Servidor à disposição	201325
Michelle de França Silva	Diretora de Secretaria	3130
Raimundo Camelo Vasconcelos Junior	Assessor Jurídico	201191
Ramon de Moura Cardoso	Auxiliar Judiciário	4855
Renata Freire Bezerra	Diretora de Secretaria	5114
Roberto Azevedo Antunes Pereira Filho	Técnico Judiciário	200850
Roberto Wagner Gonçalves Sarmento	Técnico Judiciário	33334
Rosângela Caminha Coelho	Técnica Judiciária	93848
Sergio Henrique da Justa Teixeira	Servidor à disposição	2179
Sergio Luis Alves de Sousa	Técnico Judiciário	95826
Silvia Helena Fernandes Faria	Técnico Judiciário	201773
Valeria Maria Lira Fernandes	Técnica Judiciária	8069
Vlaucia Sandra Rocha da Silva	Auxiliar Judiciária	12134

Turma 3

Servidor	Cargo efetivo/ comissionado	Matrícula
Berenise Lima de Oliveira	Técnica Judiciária	200900
Bereniza de Oliveira Carvalho	Técnica Judiciária	200681
Eliseuma Nunes Avila	Técnica Judiciária – Diretora de Secretaria	3129
Maria Cordeiro Lima	Auxiliar de Serviços Gerais	97673
Maria do Socorro Bezerra de Oliveira	Auxiliar Judiciária	12107

PORTARIA Nº 1478 /2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8514790-31.2012.8.06.0000,

CONSIDERANDO que dentre os diversos objetivos traçados no Planejamento Estratégico deste Tribunal destaca-se o de assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva;

CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento a implantação do processo eletrônico nas Varas Criminais da Comarca de Fortaleza.

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir, em caráter provisório, o grupo de trabalho extraordinário, que atuará com o fim cadastrar no sistema SAJ as informações existentes nos processos que tramitam nas Varas Criminais, sob a coordenação do servidor João Bosco Cavalcante Domingos, Técnico Judiciário, matrícula nº 31772, auxiliado pelos servidores constantes do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º – O trabalho extraordinário acima referido, será executado aos sábados de 8:00 às 12:00, a partir de 1º de setembro, por 90 (noventa) dias, devendo ser apresentado relatório mensal das atividades ao Departamento de Informática.

Art. 3º – Ao Coordenador e aos servidores designados para desenvolverem os trabalhos do Grupo, constantes do art. 1º desta Portaria, serão concedidos ou majorados em R\$ 800,00 (oitocentos reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais), respectivamente, os valores percebidos a título de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de setembro de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

Anexo Único da Portaria nº 1478 /2012

Servidor	Cargo efetivo/ comissionado	Matrícula
Alexandre Santiago Assunção Cearense	Técnico Judiciário – Área Judiciária	7877
Antônia Alessandra Sousa Campos	Auxiliar Judiciária	201483
Antônio Alves de Oliveira Neto	Técnico Judiciário / Diretor de Secretaria	3024
Bruna Rafaela Gomes Vieira Fraga	Diretora de Secretaria	9634
Sandra Maria Filgueira de Queiroz	Auxiliar Judiciária	4547
Paulo Menezes de Sousa	Auxiliar Judiciário	12090
Francisco Hilário da Silva	Técnico Judiciário	12284
Francisco Reginaldo de Farias	Técnico Judiciário	180
Gabriel César Batista da Silva	Técnico Judiciário	200524
Gisele Albuquerque Douberin	Analista Judiciária	5583
Themis Medeiros Alencar	Diretora de Secretaria	547
Margarida Maria Falcão Batista	Técnica Judiciária	92649
José Valdir de Castro Moura Neto	Diretor de Secretaria	6827
Maria da Penha Mirtes de Matos	Auxiliar Judiciária	12129
Maria Nádia de Queiroz	Técnica Judiciária	200581

Marcela Macedo Lira	Diretora de Secretaria	5425
Shirley Raquel Caliope de Melo	Auxiliar Judiciária	4511
Rejiane Cavalcante Lacerda Lima	Analista Judiciária	8098
Rosemary Oliveira de Brito	Diretora de Secretaria	201186
José Eliezio Gomes	Técnico Judiciário	93920
Virgínia Maciel Pereira	Diretora de Secretaria	300042

PORTARIA 1480 /2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que uma das responsabilidades do Poder Judiciário é a gestão dos documentos institucionais por ele produzidos ou recepcionados no desempenho de suas atividades e funções, tendo como principais escopos: organizar, de maneira eficiente, a geração, trâmite, guarda, conservação e descarte dos documentos, assim como o acesso às informações neles contidas; racionalizar o uso do espaço físico (físico e lógico) e o fluxo documental; selecionar os documentos, com a eliminação daqueles que não tenham valor administrativo, fiscal, legal, histórico ou científico;

CONSIDERANDO o teor do Provimento n.18, de 18.07.2011, o qual disciplina os procedimentos de eliminação de petições e documentos físicos protocolados e digitalizados no Poder Judiciário do Estado do Cear., editado sob a orientação da Recomendação n.. 11, de 22 de maio de 2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no que se refere à adoção de políticas públicas socioambientais; em consonância com a Resolução n. 02, de 21 de janeiro de 2010 da Justiça Estadual Cearense, a qual estabelece como um dos objetivos do Plano Estratégico do Poder Judiciário local a responsabilidade socioambiental; consoante a Resolução n.. 11, de 28 de maio de 2010, a qual instituiu no âmbito da justiça do Estado do Ceará o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, de comunicação de atos e de tramitação de peças processuais;

CONSIDERANDO o Projeto de Virtualização que contempla a adoção do processo judicial eletrônico no âmbito do Poder Judiciário deste Estado, bem como do processo administrativo eletrônico, com a instalação dos respectivos sistemas;

CONSIDERANDO que as petições iniciais apresentadas por meio físico no Serviço de Protocolo Fórum Clóvis Beviláqua são obrigatoriamente digitalizadas e encaminhadas no formato digital ao Departamento Judicial da Comarca de Fortaleza, sob a forma de processo eletrônico;

RESOLVE:

Art. 1. – Instituir, em caráter provisório, o grupo de trabalho extraordinário, para atuar, em turmas, de segunda a sexta-feira, pelo servidor Leonardo Saraiva, Técnico Judiciário, Chefe do Serviço de Protocolo, matrícula 14056, pelos seguintes servidores:
Turma 1

Servidor	Cargo efetivo ou Comissionado	Matrícula
Aderson Rocha de Freitas	Técnico Judiciário	94346
Glailson Pereira Gomes	Técnico Judiciário	200547
Jeangleston Martins da Silva	Chefe de Seção de Malotes	5639
José Jairo Silva	Técnico Judiciário	200766
Marcus Vinicius Braga	Auxiliar Judiciário	4392
Mariluce Bezerra Lima	Técnica Judiciária	23487
Regina Maria Bezerra	Técnica Judiciária	92501
Tânia Maria Rocha Teixeira	Chefe de Serv. De Outras Ativ. Judiciais	5088

Turma 2

Servidor	Cargo efetivo ou Comissionado	Matrícula
Cláudia Vieira de Sousa	Auxiliar Judiciária	2225
Fred Jorge Silva Freitas	Auxiliar Judiciário	4990
João Batista Carlos Soares	Técnico Judiciário	96168
Maria Augusta F A Evaristo	Analista Judiciária - Execução de Mandados / Diretora de Secretaria	2499

Art 2. As atividades do referido Grupo serão executadas por 30 dias, a partir de 03 de setembro de 2012, de segunda a sexta-feira, pela turma 1, no horário de 17:00 às 19:00 horas, e pela turma 2, no horário de 18:00 às 20:00 horas.

Art. 3. Ao coordenador das turmas 1 e 2 ser concedido ou majorado em R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e aos servidores designados para desenvolverem os trabalhos do Grupo nas mencionadas Turmas, serão concedidos ou majorados em R\$ 800,00 (oitocentos reais), os valores percebidos a título de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico , prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de setembro de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 1390/2012-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73 e de acordo com a portaria nº 1305/2012, de 14.08.12.

RESOLVE autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos ao **Dr. JOSÉ VALDECY BRAGA DE SOUSA**, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de **SANTA QUITÉRIA-CE**, da importância de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** à conta da dotação 33903000 FR 00, do vigente orçamento de 2012, conforme Nota de Empenho nº 2028 relativo ao processo nº 8514779-